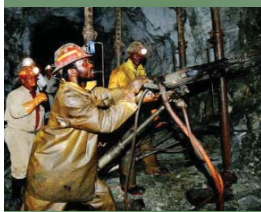




ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 14 No 6 Outubro 2012



Fundo de Desenvolvimento da SADC Projecto de infra-estrutura Chave para a integração regional

por Joseph Ngwawi

A ÁFRICA Austral deu um passo significativo em direcção aos seus esforços para uma profunda integração regional na sequência da aprovação de um projecto aguardado há bastante tempo que descreve a visão da região para o desenvolvimento de infra-estrutura.

A Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Maputo, Moçambique, em Agosto, aprovou uma série de medidas sobre o futuro caminho para a região em matéria de integração económica e cooperação política.

O destaque da Cimeira foi a adopção da Visão 2027 do Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas, um projecto de 15 anos que irá orientar a implementação de projectos de infra-estruturas transfronteiriças a partir de 2013 até 2027.

"O plano servirá como um quadro estratégico fundamental para orientar a implementação eficiente e com custos baixos as redes transfronteiriças de infra-estrutura de forma integrada e coordenada de todos os seis sectores, ou seja, Energia, Transportes, Turismo, TIC e Correios, Meteorologia e Água", indicou a SADC, num comunicado emitido após a Cimeira.

O plano director será implementado em três fases de cinco anos - curto prazo (2012-2017), médio prazo (2017-2022) e longo prazo (2022-2027).

No sector de energia, por exemplo, o plano abarca quatro áreas-chave de segurança energética, a melhoria do acesso a serviços energéticos modernos, uso dos abundantes recursos energéticos e mobilização de investimento financeiro, reforçando ao mesmo tempo a sustentabilidade ambiental.

Quanto aos subsectores rodoviário, ferroviário, portos, vias navegáveis e redes de transporte aéreo, o Plano Sectorial de Transporte também engloba quatro áreas críticas, ou seja, melhorar o acesso à cadeia contínua dos corredores de transporte, redução do custo de transporte; aumento da competitividade e fornecimento de serviços de transporte seguros.

Outras áreas-chave prioritárias incluem a água, turismo, meteorologia e informação, comunicação e tecnologia para assegurar o desenvolvimento socioeconómico da região.

O plano director está em linha com o programa da União Africano para o Desenvolvimento de Infra-estrutura da África (PIDA) e constituirá um contributo essencial para a proposta do Plano Director de Infra-estrutura para o grupo Tripartido cobrindo metade dos Estados membros da UA, que engloba o Mercado Comum da África Oriental e África Austral (COMESA), Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e a SADC.

continua na página 2...

POLÍTICA	3
CIMEIRA	4-5
INFRA-STRUCTURA	6
SEGURANÇA ALIMENTAR	7
ENERGIA	8-9
BREVES NEGÓCIOS	10
LIDERANÇA	11
CULTURA	12
TURISMO	13
ELEIÇÕES	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

Projecto de infra-estrutura Chave para a integração regional

A Cimeira notou progressos na operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC, um mecanismo financeiro para a mobilização de recursos dos Estados-Membros junto do sector privado e parceiros de desenvolvimento.

O Fundo, que foi aprovado pelo Conselho de Ministros que precedeu a Cimeira, será usado para financiar programas e projectos da SADC.

Um acordo foi alcançado pelos ministros sobre vários aspectos do Fundo, incluindo janelas de financiamento das áreas prioritárias de infra-estrutura e desenvolvimento industrial.

O Fundo terá um capital subscrito de 1,2 biliões de dólares norte-americanos para serem mobilizados como capital inicial.

Cimeira instruiu os ministros responsáveis pelas finanças e investimento na região para resolver urgentemente as modalidades de operacionalização do Fundo. Tais modalidades incluem o tamanho do Fundo, bem como os direitos de voto e estrutura de gestão.

Os projectos prioritários de infra-estrutura identificados necessitarão de cerca de 500 biliões de dólares norte-americanos para serem implementados, com a energia, transporte e água detendo a maior parte das necessidades de financiamento.

Uma conferência de investimento está prevista para Janeiro ou Março de 2013, para atrair potenciais investidores para os projectos regionais de infra-estruturas identificados, enquanto acções de promoção estão também planeadas na Ásia, Europa e Estados Unidos para o mesmo fim.

A Cimeira também recebeu um relatório do Grupo de

Trabalho Ministerial sobre Integração Económica Regional e sobre a proposta de uma União Aduaneira da SADC, cujo lançamento foi proposto em 2010. O relatório delineou um roteiro para a união aduaneira, incluindo parâmetros, referências e um projecto modelo de união aduaneira para a região.

O Grupo de Trabalho foi mandatado para trabalhar em estreita colaboração com o Secretariado da SADC para assegurar o início do trabalho preparatório para a União Aduaneira.

Quanto à Área Comércio Livre da SADC (ACL), os líderes notaram está em curso um trabalho, mas reconheceram que uma das questões emergentes foi a necessidade de priorizar a industrialização para resolver o problema de níveis desiguais de desenvolvimento entre os Estados membros.

Os diferentes níveis de desenvolvimento têm sido citados como uma área de grande preocupação entre os menores Estados membros que sentem que as grandes economias se beneficiariam mais da ACL.

A Cimeira da SADC aprovou uma série de recomendações sobre o caminho a seguir para Madagascar, após a apresentação do relatório da troika sobre Política, Paz e Segurança.

"Uma vez que os dois líderes malgaxes não chegaram a um acordo, a Cimeira da SADC teve de desenhar o caminho a seguir, especialmente tendo em conta o risco de situação de segurança no país", disse o presidente das Seychelles James Michel.

As Seychelles desempenham um papel



fundamental de apoio na elaboração das recomendações, tendo acolhido duas reuniões realizadas entre o ex-presidente Marc Ravalomanana e o presidente da Autoridade de Transição, Andry Rajoelina, e também pela sua participação na missão de consulta da SADC a Madagascar em Agosto.

Após as reuniões em Seychelles, onde não houve acordo entre os líderes, a Cimeira definiu as medidas que devem ser tomadas para garantir que a preparação das eleições decorra bem.

As principais recomendações da Cimeira foram o total apoio ao calendário eleitoral proposto pelas Nações Unidas e pela Comissão Eleitoral Nacional Independente de Transição (CENIT). Assim, as eleições presidenciais terão lugar a 8 de Maio de 2013.

Apesar da Cimeira não se pronunciar se Rajoelina e Ravalomanana poderiam concorrer nas próximas eleições, tomou nota do relatório da missão de consulta de que a não participação dos dois líderes seria a melhor via para garantir eleições pacíficas.

A Cimeira também reconheceu o risco de violência e instabilidade em relação ao eventual retorno do ex-presidente Ravalomanana, e pediu ao Secretariado da SADC para despachar uma

equipe de especialistas em segurança à Madagascar para avaliar o ambiente de segurança, com vista a elaboração de recomendações sobre o retorno do ex-presidente.

"Estamos satisfeitos pelo facto das recomendações indicarem a necessidade de se prestar uma grande atenção em relação às modalidades de retorno do ex-presidente para salvaguardar um ambiente seguro para preparar eleições", disse Michel.

O retorno do ex-presidente será feito em consulta com as forças de segurança do governo de transição para assegurar que a estabilidade do País seja mantida.

"Tomamos nota também que a proposta dos dois líderes não se candidatarem nas eleições oferece talvez a solução mais simples. Instamos os dois líderes para continuarem as discussões com vista a encontrar uma solução que toma em conta as aspirações do povo malgaxe".

A Cimeira também apelou para a plena implementação da amnistia a favor de Ravalomanana.

Sobre o suspenso Tribunal da SADC, a Cimeira resolveu que um novo protocolo sobre o Tribunal deve ser negociado e que o mandato do tribunal limitar-se-ia à interpretação do Tratado da SADC e protocolos relativos a litígios entre Estados-Membros.

Cimeira aprovou e assinou o projecto de acordo sobre assistência em questões fiscais; Projecto de Protocolo sobre o Comércio de Serviços, e um Projecto de Declaração sobre Tuberculose no sector de mineração. *sardc.net* □



SADC acelera a paridade de género

OS ESTADOS-MEMBROS da SADC foram instados a adoptar medidas para acelerar o progresso em direcção à meta de representação igual para homens e mulheres na política e outras estruturas de decisão.

Os Chefes de Estado e de Governo comprometeram-se a alcançar a paridade de género e alcançar uma representação de 50 por cento de mulheres nas estruturas de tomada de decisão política até 2015.

A SADC reconhece que a participação igual e significativa de mulheres na política, que constituem mais de metade da população dos Estados-Membros, é um avanço democrático importante para a região.

Isso se reflecte no Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento da SADC, assinado pelos Chefes de Estado e de Governo no dia 17 Agosto de 2008 em Joanesburgo, África do Sul, onde o compromisso foi feito em 28 cláusulas de matéria de igualdade de género, entre outros, para alcançar pelo menos 50 por cento de representação e participação das mulheres em cargos de tomada de decisão até 2015.

O comunicado final da 32ª Cimeira da SADC realizada em Maputo, em Agosto de 2012, instou os Estados-Membros a considerar a adopção de medidas apropriadas, incluindo a política, legislação e reforma dos sistemas eleitorais, para facilitar o alcance da meta de paridade de género.

Algumas tendências positivas foram observadas na região da SADC, em termos do movimento rumo à paridade de género, mas alguns avanços não são ainda sustentados.

Os Estados Membros da SADC trabalharam em conjunto para apoiar a candidatura da primeira mulher a assumir um cargo na Comissão da União Africana, e a região já teve duas mulheres presidentes, a actual

Presidente Joyce Banda, do Malawi, e a ex-Presidente Interina das Maurícias, Monique Ohsan-Bellepeau.

Sete países - Botswana, Lesotho, Moçambique, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia e Zimbabwe - tiveram mulheres a presidir o parlamento desde 1994.

Com três anos que restam antes do prazo de 2015 para alcançar a paridade de género, a maioria dos Estados-Membros já

instituiu medidas para acelerar as medidas acordadas, apesar de dois Estados Membros da SADC (Botswana e Maurícias) ainda não terem assinado o protocolo.

Tais medidas incluem o desenvolvimento de roteiros nacionais com acções concretas a serem tomadas para implementar o Quadro 50:50 até 2015.

Também iniciaram consultas a nível de Estado-Membro para galvanizar os esforços nacionais através da domesticação de

vários compromissos regionais e internacionais assumidos pelos países em matéria de igualdade de género e empoderamento das mulheres.

Há planos para fortalecer programas de capacitação para as mulheres e de género, treinamento para as principais estruturas e instituições nacionais, bem como envolver todos os partidos políticos para adoptar estratégias de paridade de género. □

SADC negocia Protocolo sobre o Tribunal Regional

OS LÍDERES da África Austral decidiram que um Protocolo sobre o Tribunal da SADC e seu regulamento interno deve ser negociado e a jurisdição do novo Tribunal deverá limitar-se apenas a um papel consultivo e de interpretação do Tratado da SADC e dos protocolos que podem ser negociadas entre os Estados-Membros.

De acordo com um comunicado emitido no final da 32ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, os líderes da SADC "decidiram que um novo protocolo sobre o Tribunal deve ser negociado e o seu mandato deve limitar-se à interpretação do Tratado da SADC e dos protocolos relativos diferendos entre os Estados-Membros."

O Tribunal foi criado por meio de uma alteração do Tratado da SADC e foi constituído para garantir a adesão e a correcta interpretação das disposições do Tratado e dos instrumentos subsidiários e para resolver disputas que podem ser submetidas pelos governos ou indivíduos.

A Cimeira suspendeu o trabalho do Tribunal em 2010 e ordenou uma revisão do papel e da competência do tribunal regional, depois de alguns países se terem oposto a sua constituição através de uma

alteração ao invés de um protocolo separado exigindo ratificação pelo processo devido, em todos os Estados membros.

Em 2011, a Cimeira prorrogou a suspensão do Tribunal, obrigando "os Ministros da Justiça / Procuradores-Gerais para iniciar o processo que visa alterar os relevantes instrumentos jurídicos da SADC e apresentar um relatório de progresso na Cimeira de Agosto de 2011 e um relatório final na Cimeira de Agosto de 2012."

O Comité de Ministros da Justiça / Procuradores-Gerais esteve durante os últimos dois anos a tentar desenvolver um protocolo revisto, mas não conseguiu chegar a um acordo sobre algumas questões.

Uma das questões foi a introdução de um novo artigo 55 relativo às disposições transitórias. Entre outras questões, o artigo sugere que um Tribunal reconstituído a luz do Protocolo Revisto poderia assumir os casos pendentes do anterior Tribunal.

Alguns Estados-Membros opuseram-se a introdução do artigo, argumentando que uma vez que o Protocolo revisto entrou em vigor, o anterior Protocolo idade não teria mais efeito e quaisquer acções ou

casos anteriores ficariam sem efeito. □

Aumenta apelo para acção contra o HIV e SIDA

CIMEIRA EXORTOU aos Estados-Membros para apoiar a implementação de programas regionais para combater a propagação do HIV e SIDA.

Notando o progresso na implementação da Declaração de Maseru de 2003 relativa à luta contra o HIV e SIDA, os Chefes de Estado e de Governo apelaram para a intensificação dos esforços para reduzir novas infecções e incentivar a mudança comportamental positiva entre os jovens.

Os programas regionais da SADC em curso incluem a iniciativa transfronteiriça para a prestação de serviços de assistência, prevenção e tratamento de HIV e SIDA nos postos de fronteira.

O aumento do fluxo de tráfego comercial resultou numa elevada prevalência de VIH e SIDA entre os grupos de alto risco e em populações migrantes nas cidades fronteiriças. □

Líderes aprovam Projecto de Protocolo sobre o Comércio de Serviços

A SADC aprovou o Projecto do já aguardado Protocolo sobre o Comércio de Serviços, que visa fornecer um quadro para a liberalização progressiva do comércio de serviços de seis sectores prioritários entre os Estados-Membros.

A ideia de um acordo regional sobre o comércio de serviços na SADC foi formalizada em 2002, quando os Ministros do Comércio concordaram, durante uma reunião realizada em Botswana, incluir um anexo sobre o Comércio de Serviços ao Protocolo da SADC sobre o Comércio.

Uma preocupação surgiu então, questionando-se se um anexo ao Protocolo do Comércio seria a forma jurídica adequada para responder às necessidades do comércio de serviços. Iniciaram nessa altura discussões sobre o Projecto de Protocolo de Comércio de Serviços.

Os ministros concordaram que as negociações inicialmente deveriam cingir-se a serviços prestados pelas comunicações,

construção, energia, finanças, turismo e transportes.

Comércio de Serviços foi adoptado pelos ministros responsáveis pelo comércio em Julho de 2009, mas foi apresentado para assinatura de Chefes de Estado e de Governo na 32ª Cimeira realizada em Agosto, em Moçambique, depois de uma análise feita pelo Comité de Ministros da Justiça / Procuradores-Gerais.

O projecto de protocolo contém obrigações gerais sobre os Estados-Membros, como a transparência, a concessão do estatuto de nação mais favorita e regulamentação nacional. Fornece um quadro de uma progressiva eliminação de barreiras ao comércio de serviços, inicialmente nos seis sectores prioritários.

Na sua reunião de Novembro de 2011, os ministros responsáveis pelo comércio na região da SADC aprovaram a abertura de negociações sobre os compromissos de liberalização nos seis sectores prioritários.

A primeira reunião de negociação foi marcada para Abril de 2012, altura em que os Estados-Membros deveriam desenvolver um roteiro para as negociações e chegar a acordo sobre a organização das negociações.

Os desenvolvimentos registados durante as últimas décadas mostraram a necessidade de um acordo regional sobre comércio de serviços.

O comércio de serviços está crescendo a um ritmo muito rápido, em parte devido à evolução da tecnologia de informação e comunicação.

Na África Austral, o sector de serviços responde por uma parcela crescente do Produto Interno Bruto (PIB) e do emprego.

Os serviços desempenham um papel fundamental na integração regional, incluindo a competitividade de infraestrutura, construção e facilitação do comércio.

Os sectores de transporte, logística e serviços de



Troca de serviços é crucial para o comércio regional

distribuição são cruciais para a movimentação de mercadorias e serviços de um país para outro, ao mesmo tempo que os serviços de telecomunicações e finanças reduzem os custos operacionais para apoiar o comércio.

O aumento do comércio de serviços também pode contribuir para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estabelecidos pelos Estados-Membros, contribuindo para o desenvolvimento social e redução da pobreza.

Há, no entanto, alguma sobreposição entre as seis áreas prioritárias identificadas para a liberalização do Projecto de Protocolo sobre o Comércio de Serviços e acordos existentes para a harmonização dentro da SADC.

A SADC já concluiu protocolos específicos sobre o turismo, energia, transportes, comunicações e meteorologia, finanças e investimentos.

Um dos desafios no desenvolvimento do projecto de protocolo de serviços tem sido o de garantir que não esteja em conflito com qualquer das disposições contidas nos protocolos existentes. □

Prémios de Jornalismo da SADC 2012

OS VENCEDORES da edição de 2012 dos Prémios de Jornalismo da SADC foram divulgados durante a cerimónia de abertura da 32ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo realizada em Maputo, Moçambique.

O novo Presidente da SADC, o Presidente Armando Guebuza de Moçambique divulgou os prémios para os vencedores.

Três dos prémios foram para a excelência na elaboração de artigos sobre a gestão dos recursos hídricos na África Austral, enquanto os outros três foram artigos relacionados com a promoção da integração regional.

Factmore Dzobo, do Zimbabwe, recebeu o prémio de melhor jornalista de imprensa pelo seu artigo sobre a importância da participação das mulheres na gestão da água.

O prémio na categoria de rádio foi para Belmiro Mangaze, de Moçambique, pelo seu artigo sobre a importância da água no desenvolvimento regional e nacional.

O fotojornalista do Lesotho, Ramajake Monamane, recebeu o Prémio para a categoria de Água pelas suas fotos retratando a situação das pessoas numa uma aldeia no Lesotho com necessidade de água potável e segura.

Os Prémios de excelência em cobertura de gestão de recursos hídricos foram introduzidos em 2007 pelo programa do sector de água da SADC para reforçar a consciência sobre as questões da água na região, bem como para incentivar os jornalistas a escrever sobre a Gestão Integrada de Recursos Hídricos.

O prémio de excelência na promoção da integração regional na SADC foi para Yobe Shonga, do Botswana, que recebeu o prémio para a categoria de fotografia enquanto Patson Phiri, da Zâmbia, e Jatoo Jugdish, das Maurícias, receberam os prémios para as categorias de impressão e televisão. □

Cimeira discute estrutura para União Aduaneira da SADC

A SADC analisou os progressos na implementação da agenda de integração económica regional e resolveu continuar com os preparativos para o lançamento da já proposta União Aduaneira.

A Cimeira recebeu o relatório do Grupo de Trabalho Ministerial de Integração Económica Regional sobre o quadro para a União Aduaneira da SADC.

O relatório descreve os elementos-chave da proposta de

união aduaneira, como os parâmetros, valores de referência, um modelo de união aduaneira para a região e o calendário de actividades conducentes ao lançamento da União.

O objectivo geral de integração regional da SADC económica é facilitar o comércio e a liberalização financeira, desenvolvimento industrial competitivo e diversificado e aumento do investimento através da criação de um Mercado Comum da SADC.

O Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional da SADC (RISDP), que está actualmente em revisão, delineou os prazos indicativos para estabelecer a Área de Comércio Livre da SADC até 2008, a União Aduaneira da SADC até 2010, o Mercado Comum da SADC em 2015 e a União Monetária da SADC até 2016.

A ACL da SADC entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2008 após a implementação dos compromissos da fase de redução tarifária entre 2000 e 2007. Dois países, Angola e República Democrática do Congo, disseram que vão aderir à ACL mais tarde. A União Aduaneira da SADC não foi concretizada em 2010, como previsto, com o principal desafio sendo a sobreposição de filiação. Quase todos os Estados Membros da SADC, com excepção de

Angola e Moçambique, pertencem a uniões aduaneiras existentes.

Tecnicamente, um Estado-membro não pode pertencer a mais de uma União Aduaneira por causa da Tarifa Externa Comum. Os Estados-Membros, portanto, tem que escolher a que União Aduaneira pretende pertencer e essa decisão pode ter implicações globais para a SADC. Perante estes desafios, a Cimeira da SADC realizada em Windhoek em Agosto de 2010 reafirmou o seu compromisso de estabelecer uma união aduaneira da SADC e reconheceu a necessidade de estabelecer sinergias entre os processos para consolidar o acordo de comércio livre da SADC, da União Aduaneira e da proposta ACL tripartida envolvendo o Mercado Comum da África Oriental e Austral, a Comunidade dos Estados da África Oriental e SADC.

A Cimeira de 2010 endossou a decisão do Grupo de Trabalho Ministerial sobre Integração Económica Regional de nomear um Grupo de Peritos de Alto Nível (HLEG) sobre a União Aduaneira da SADC, cujo mandato era consolidar e aperfeiçoar o trabalho técnico anterior realizado a fim de chegar a um acordo e entendimento comum sobre elementos chave, tais como os parâmetros,

indicadores e cronogramas de um modelo da União Aduaneira e as modalidades de sua aplicação.

O HLEG apresentou um relatório sobre o quadro da União Aduaneira da SADC ao Grupo de Trabalho ministerial, em Novembro de 2011.

A Ministra Sul-Africana de Relações Internacionais e Cooperação Maite Nkoana-Mashabane disse que a prioridade imediata para a SADC era consolidar a ACL em termos de uma matriz de plano de 15 pontos de acção acordada pelos Estados-Membros.

O plano de acção incide sobre a revisão das regras de origem, a conclusão das fases de redução e eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias.

"É importante assegurar a plena implementação pelos Estados-Membros da ACL, por um lado, e, por outro, resolver o problema da sobreposição de membros antes de avançar para uma União Aduaneira da SADC," disse ela.

O Secretariado da SADC, em parceria com os Estados-Membros, está actualmente envolvido na revisão do RISDP para reconfigurar o roteiro da SADC para orientar o processo de integração regional alinhado com cronogramas e metas realistas e mensuráveis. □



Chefes de Estado na Cimeira em Moçambique

SADC trabalha com o Ruanda sobre os rebeldes na RDC

CIMEIRA MANDATOU o Presidente em exercício da SADC, Armando Emílio Guebuza de Moçambique para envolver o Presidente de Ruanda, Paul Kagame, na busca de um compromisso para por termo ao apoio militar aos rebeldes no leste da República Democrática do Congo (RDC).

O comunicado da Cimeira apela ao Ruanda para "cessar imediatamente a sua interferência que constituem uma ameaça à paz e à estabilidade, não só da RDC, mas também da região da SADC", e Guebuza foi mandatado para visitar o Ruanda a fim de "persuadir o governo do Ruanda para parar de apoiar militarmente os rebeldes armados na RDC".

A cimeira acusou o Ruanda de interferir na RDC, apoiando os rebeldes do movimento M23. □

O Presidente moçambicano, Armando Guebuza novo presidente da SADC

O PRESIDENTE moçambicano, Armando Emílio Guebuza é o novo presidente da SADC, enquanto seu homólogo do Malawi Joyce Banda, foi eleito vice-Presidente.

Guebuza assumiu a presidência rotativa da SADC em substituição do Presidente José Eduardo dos Santos de Angola, que organizou a Cimeira da SADC em 2011.

Portanto, Moçambique, Malawi e Angola, como os presidentes actual, próximo e

cessante, compõem a Troika da SADC. A próxima cimeira está agendada para o Malawi, em Agosto / Setembro de 2013.

O Órgão da SADC sobre Política, Defesa e Segurança é agora presidido pelo Presidente Jakaya Kikwete, da República Unida da Tanzânia, com o presidente da Namíbia Hifikepunye Pohamba como vice. África do Sul, que presidia o órgão, faz também parte da Troika.

No seu discurso, Guebuza disse que vai usar seu mandato como presidente da SADC para fortalecer ainda mais o desenvolvimento das infra-estruturas na região.

"Nós reconhecemos que as infra-estruturas desempenham um papel vital na integração regional. É neste contexto, que prestaremos maior atenção ao Plano Director de Desenvolvimento de infra-estruturas da SADC", disse Guebuza. □



SADC cria fundo para acelerar o desenvolvimento de infra-estruturas

por Joseph Ngwawi

ÁFRICA AUSTRAL está tomando medidas para acelerar os investimentos em infra-estruturas que são tidas como um dos factores importantes de facilitação da integração regional.

O Conselho de Ministros da SADC aprovou a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional, cujas principais prioridades será o financiamento

O fundo proposto será utilizado para a integração regional. A primeira prioridade será o desenvolvimento de infra-estrutura e a segunda prioridade estará ligada para o desenvolvimento global.

Embora o foco para a cooperação regional deslocou-se para a promoção do investimento e da produção nos últimos 32 anos, o desenvolvimento de infra-

A atracção principal é que a estratégia basicamente tira partido da existência comprovada, de potencial de desenvolvimento económico subutilizado dentro das SDIs.

O conceito de SDI foi popularizado na SADC com o advento do Corredor de Desenvolvimento de Maputo bem sucedido em 1995.

Aclamado como um modelo

cerca de 15 mil empregos foram criados na fundição de alumínio Mozal e outros projectos.

A estratégia de desenvolvimento tem sido utilizada para fomentar o desenvolvimento regional predominantemente ao longo das rotas de transporte ou comércio, redes de transmissão de energia, áreas de conservação de turismo, bacias hidrográficas e redes de telecomunicações regionais e internacionais.

No entanto, a maioria dos SDIs estão ainda em fase de planeamento e a espera de serem totalmente financiadas e, por conseguinte, iniciarem a aplicação.

O aguardado Plano Director regional de Desenvolvimento de infra-estruturas da África Austral foi aprovado pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada em Maputo, em Agosto.

Isto segue a finalização do plano director pelos ministros responsáveis pela infra-estrutura que se reuniram em Luanda, Angola no final de Junho.

O plano director vai orientar o desenvolvimento em infra-estrutura chave, como rodoviário, ferroviário e portos, e também actuar como uma estrutura de planeamento e cooperação com os parceiros de desenvolvimento e do sector privado. *sardc.net* □



Plano Director da SADC irá orientar o desenvolvimento de infra-estruturas importantes como água, energia e transportes

de infra-estrutura na região.

De acordo com o Secretário Executivo adjunto da SADC responsável pela integração regional, João Caholo, o fundo proposto terá um capital de 1,2 bilião de dólares norte-americanos.

"Fomos mandatados pelo Conselho para analisar temas relacionados com o fundo de desenvolvimento e gestão de estruturas", Caholo disse no final do Conselho de Ministros realizada dois dias antes da 32ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada em Maputo, Moçambique.

Ele disse que o Secretariado da SADC foi também mandatado pelo Conselho para verificar qual será o valor global do capital do fundo.

"Nós estamos olhando para algo 10 e 250 milhões de dólares norte-americanos," disse ele.

O financiamento para a criação inicial do fundo deverá vir dos Estados membros, mas "também contaremos com recurso externos e do sector privado".

"Queremos trazê-los a bordo para que eles mostrem a sua vontade de desenvolver a região. Esperamos, também, trazer a bordo os nossos parceiros de desenvolvimento", Caholo disse.

estrutura continua a ser um motor essencial da integração regional na região da SADC e constitui prioridade no Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional (RISDP) adoptado em 2003, como um facilitador do comércio intra-regional e do crescimento económico.

O RISDP é um modelo de desenvolvimento da SADC de 15 anos.

Os principais sectores de foco para o programa de infra-estrutura da SADC são Energia, Transportes, Telecomunicações, Água e Turismo.

A estratégia de desenvolvimento seguida pela SADC é o conceito de corredor de desenvolvimento, também conhecida como a Iniciativa de Desenvolvimento Espacial (SDI), uma estratégia que reconhece a interdependência de vários sectores.

Por exemplo, o conceito SDI reconhece que sectores como o turismo, a agricultura, a mineração ou comércio não podem alcançar o seu potencial pleno desenvolvimento sem ser apoiado por uma energia vibrante e adequada, água, transporte e infra-estruturas de comunicações.

de sucesso que atraiu o investimento do sector privado em apoio dos sectores público de Moçambique e da África do Sul, o Corredor de Maputo foi o primeiro do seu tipo a nível regional que trouxe um desenvolvimento integrado da rota de transporte e de comércio.

Apesar de suas limitações, por exemplo, deixando de desviar o tráfego do Corredor Norte-Sul (de Durban porta através da Joanesburgo na África do Sul para o Zimbabwe e mais ao norte), o projecto foi um enorme sucesso em termos de criação de emprego, em especial do lado de Moçambique, onde

Empresas concorrem para estudo de viabilidade da navegabilidade Shire-Zambeze

SEIS EMPRESAS apresentaram propostas para realizar um estudo de viabilidade para o projecto da navegabilidade Shire-Zambeze, que visa analisar a possibilidade de abrir os dois rios para a navegação internacional.

De acordo com o Ministro dos Transportes do Malawi, Sidik Mia, o objectivo do estudo é

avaliar o impacto ambiental da navegação ao longo dos rios do distrito moçambicano de Chinde, na foz do Zambeze, para porto de Nsanje, no Malawi.

As propostas estão a ser avaliadas pelo governo do Malawi, Secretariado da SADC e Banco Africano de Desenvolvimento. *AIM* □

Previsões de chuva normal com tendência para acima do normal na África Austral

por Neto Nengomasha

PERITOS DO clima da África Austral prevêem a ocorrência de chuva normal com tendência para acima do normal na maior parte da região durante a época agrícola 2012/13.

De acordo com o 16º Fórum de Previsão Climática da África Austral (SARCOF 16) que se reuniu no Zimbabwe, em Agosto, a previsão de chuvas foi dividida em duas partes, como de costume, de Outubro a Dezembro de 2012 e de Janeiro a Março de 2013.

O Fórum prevê a ocorrência de chuva normal para acima do normal na maior parte da África Austral durante a primeira metade da época (Outubro-Dezembro).

As áreas com este cenário incluem o norte e centro de Moçambique, sul da Tanzânia, Malawi, Zâmbia, norte de Angola, República Democrática do Congo (RDC), Namíbia e Zâmbia, metade oriente de Madagáscar, metade do norte do Zimbabwe, metade ocidental do Botswana, partes central e ocidental da África do Sul e ocidente do Lesotho.

As possibilidades de chuvas acima do normal são esperadas no norte da Tanzânia, Madagáscar e Maurícias.

No entanto, no norte da RDC, sudoeste de Angola, a sul da Zâmbia e áreas costeiras da Namíbia, sul e partes do oeste do Zimbabwe, sul de Moçambique, as áreas costeiras do oeste e nordeste da África do Sul, Madagáscar ocidental e toda a Swazilândia terão uma maior probabilidade de receber chuvas normais com tendência para abaixo do normal.

Na segunda metade da época chuvosa, a maior parte da SADC deverá receber chuvas normais com tendência para acima do normal.

Este cenário vai cobrir o Malawi, Zâmbia, norte de Moçambique, Angola, Madagáscar, Namíbia e Tanzânia, sudoeste da RDC, metade

ocidental do Botswana, a maioria parte do centro e oeste da África do Sul, partes ocidentais do Lesotho e metade norte do Zimbabwe.

Chuvas acima do normal são esperadas no norte da Tanzânia e Maurícias.

No entanto outras partes da região são susceptíveis de receber chuvas normais com tendência para abaixo do normal durante o mesmo período.

Essas regiões incluem a metade sul do Zimbabwe, metade oriental do Botswana, África do Sul, centro e leste do Lesotho, Swazilândia, sul de Moçambique,

sudoeste de Angola, as partes ocidentais da Namíbia e África do Sul e sul de Madagáscar.

A maior parte da RDC e Angola setentrional deverá ter chuvas abaixo do normal neste período.

A previsão de chuva para a África Austral foi elaborada por cientistas do clima de serviços meteorológicos e hidrológicos na região da SADC, bem como do Observatório de Seca da SADC e do Instituto Internacional de Pesquisa do Clima.

No desenvolvimento desta perspectiva, os cientistas climáticos usaram esquemas de

previsão estatísticos e outros sobre o clima para determinar probabilidades de chuvas acima do normal, normais e abaixo do normal para cada área.

Chuvas acima do normal são definidas com base no período mais chuvoso que se encontram no terceira década chuvas e a partir de valores registados durante os 30 anos de 1971 e 2000, enquanto abaixo do normal é definido como o mais período seco dentro de um período. A precipitação normal são os valores intermédios.

Os cientistas também levam em conta que o fenómeno El Niño-Oscilação Sul (ENOS) estará numa fase fraca e poderá persistir neste estágio até o início de 2013.

O El Niño é uma condição de tempo que começa com o aquecimento das águas do Oceano Pacífico ocidental e eventualmente afecta o clima global.

Os eventos de aquecimento naturais alteram os padrões climáticos em todo o mundo, provavelmente causando secas no sul da África ou contribuindo para a sua gravidade.

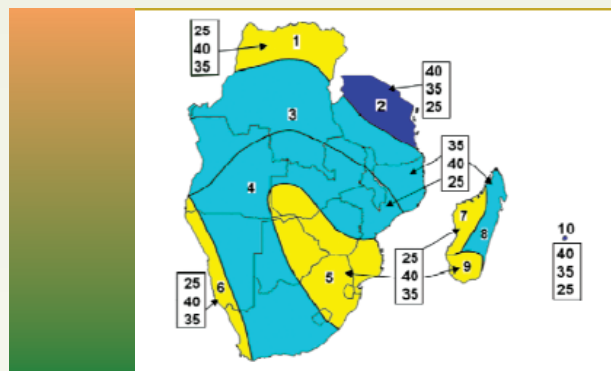
O La Niña é o oposto do El Niño no Oceano Pacífico, onde se inicia com águas mais frias do que o Oceano Índico e o vento se move a partir do Pacífico em direcção ao Índico. A ocorrência de resultados La Niña causa chuvas extraordinariamente fortes e cheias na África Austral.

A perspectiva de chuva foi preparada por cientistas do clima da SADC e dos Serviços Climáticos Centro Intergovernamentais.

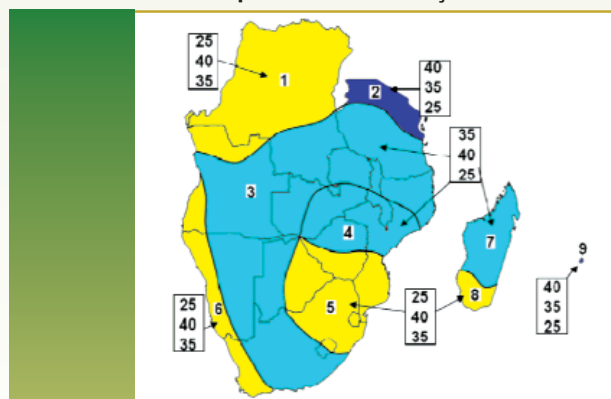
O SARCOF 16 foi organizado pelo Departamento de Serviços Meteorológicos do Zimbabwe.

As previsões climáticas sazonais geradas por este processo SARCOF tornaram-se uma ferramenta de planeamento importante para muitas comunidades da África Austral. □

Previsão de chuvas para Outubro-Dezembro de 2012



Previsão de chuvas para Janeiro-Março de 2013



As percentagens em cada zona indicam as probabilidades de chuvas. O número superior indica a probabilidade de ocorrência de chuvas na categoria acima do normal, o número do meio é referente a normal e o número de baixo é indica abaixo do normal.

O GRUPO de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) identificou seis projectos prioritários transfronteiriços de transmissão que poderão contribuir para melhorar a interligação e comercialização de energia eléctrica na região até 2017.

Os projectos prioritários, avaliados em 5,6 biliões de dólares norte-americanos, fazem parte de uma carteira de projectos de curto e médio prazos que estão sendo geridos pelo SAPP com o objectivo de aumentar a disponibilidade de energia eléctrica na região e de interligação regional de energia com Estados Membros da SADC não integrantes no grupo.

Os projectos de transmissão prioritários são a interligação Moçambique-Malawi, a interligação Zâmbia-Zimbabwe-Botswana-Namíbia (ZiZaBoNa); o projecto de fortalecimento de energia para a África do Sul; a interligação Zâmbia-Tanzânia-Quênia; a interligação de Angola e projectos da espinha dorsal de energia de Moçambique.

Há três categorias de projectos de transmissão prioritários. A primeira categoria é composta por projectos de transmissão que visam a aliviar o congestionamento. O projecto ZiZaBoNa integra este grupo.

O segundo grupo é daqueles projectos que interligam os membros não-operacionais. Trata-se essencialmente de evacuar energia para a República Unida da Tanzânia da Zâmbia e Moçambique, bem como ligar Angola à rede regional.

A última categoria envolve projectos de transmissão relacionados com novos projectos de produção, como o projecto da espinha dorsal de Moçambique.

A interligação de Angola, Malawi e República Unida da Tanzânia para a rede regional tem sido uma das prioridades do SAPP há vários anos. Estes três Estados-Membros não estão actualmente interligados à rede do SAPP.

Interligação Moçambique - Malawi

O Projecto de Interligação e transmissão de energia Moçambique - Malawi está previsto para ser concluído até 2015 e vai ligar o Malawi para o SAPP, permitindo o comércio bilateral de energia entre os dois países.

Isso irá garantir a tão necessária diversificação da oferta de energia eléctrica no Malawi e permitir a exportação de excedentes de pico de energia. Também irá fornecer ao sector de energia de Moçambique com uma nova fonte de receita.

No âmbito do projecto, Moçambique vai construir cerca de 135 quilómetros de linha de transmissão de 220 quilovolts (kV) e ampliar a subestação existente em Matambo, enquanto do lado do Malawi, uma linha de transmissão cerca de 75 km de 220 kV será construída e instalada uma nova subestação de 220 kV.

A interligação permitirá ao Malawi ter acesso ao mercado através de Moçambique estar interligado a rede do SAPP com o Zimbabwe e África do Sul.

A Presidente do Malawi, Joyce Banda, e o seu homólogo moçambicano, Armando Guebuza, assinaram um acordo nesse sentido, durante uma visita de Estado a Moçambique em Maio.

ZiZaBoNa

Este projecto de transmissão e interligação tem a capacidade de aumentar a comercialização de energia entre as empresas de electricidade participantes, bem como proporcionar uma via de transmissão de energia alternativa e ajudar a descongestionar o corredor de transmissão central existente, que actualmente passa pelo Zimbabwe.

O projecto ZiZaBoNa vai ajudar a fornecer um outro caminho e, portanto, aumentar o comércio entre as partes norte e sul da SADC.

A capacidade inicial da transmissão de interligação será de 300 megawatts (MW), que mais tarde será aumentada para 600 MW.



Interligações - Condutas para a in

O projecto está a ser implementado em duas fases. A primeira fase irá abranger a construção de 120 quilómetros de uma linha-330 quilovolts da central eléctrica de Hwange para Victoria Falls, onde uma estação de comutação será construída no lado Zimbabwe. A linha se estenderá a uma subestação em Livingstone, na Zâmbia.

A segunda fase envolverá a construção de uma linha de 300 km de 330kV de Livingstone para Katima Mulilo na Namíbia, através Pandamatenga, no Botswana.

Para a interligação Zimbabwe-Zâmbia será construída como uma linha de alta tensão com uma capacidade de transmissão de 430kV. No entanto, ela irá funcionar como uma linha de 330kV, durante a primeira fase.

O projecto ZiZaBoNa será organizado como um Veículo de Propósito Especial, a ser constituído por uma empresa na Namíbia. As quatro concessionárias terão 20 por cento cada do capital social.

De acordo com o SAPP, o projecto deve estar pronto para implementação em 2016.

África do Sul fortalece transmissão

A África do Sul iniciou um programa de 10 anos para estender ou reforçar o seu sistema de transmissão e de construção de novas centrais, como parte de medidas para melhorar a segurança de abastecimento. Estações de energia adicional e linhas de energia importantes estão sendo construídas em grande escala para atender a demanda crescente de electricidade na África do Sul.

De acordo com o Plano Desenvolvimento da Transmissão da Eskom (2011 a 2020), esta empresa precisa de um investimento de cerca de 166 biliões de Rands até 2020 para reforçar a sua capacidade.

Este montante deverá crescer para mais de um trilião de rands em 2026. Em última análise, a Eskom pretende dobrar a sua capacidade de 80.000 MW até 2026.

O projecto vai resultar em várias novas linhas de transmissão que estão sendo adicionadas ao sistema, com mais de 6.000 km de 765kV e mais de 8.000 km de linhas de 400 kV ou aprovadas ou propostas num horizonte de 10 anos.

O reforço das redes principais pretendem aumentar a oferta para o Cabo (Sul e Oeste) e Kwazulu Natal (leste).

Haverá também a integração de novas centrais na província de Limpopo da Eskom e para rede do SAPP. Isso vai exigir um investimento significativo em infra-estruturas de



Integração energética da SADC

transmissão, uma vez que as centrais estão longe dos principais centros de carga.

Novas linhas de corrente contínua de alta tensão (HVDC) também estão planeadas para permitir a exportação de energia excedente de Waterberg directamente para os centros de carga em Gauteng e Kwazulu Natal e requerem a construção de 1.700 km de linhas 800kV.

Estas novas linhas de transmissão fazem parte da estratégia de longo prazo para desenvolver uma espinha dorsal de transmissão da qual corredores regionais de energia podem ser suportados.

A espinha dorsal e a estrutura do corredor da rede regional de energia permitirá uma maior segurança do aprovisionamento de energia de novas centrais, permitindo um eficiente comércio e transmissão regional de energia através da rede do SAPP.

Interligação Zâmbia-Tanzânia-Quênia

Para integrar o seu mercado de energia, o grupo tripartido COMESA-EAC-SADC - que compreende o Mercado Comum da África Oriental e Austral, Comunidade dos Estados da África Oriental e a SADC - precisa de infra-estruturas para apoiar a produção de energia adicional, bem como para a transmissão regional.

As interligações de energia existentes na região são inadequadas para a transmissão de longa distância e inadequadas para a integração de sistemas regionais.

O grupo tripartido, em colaboração com o SAPP e a sua congénere oriental (EAPP), tem priorizado o desenvolvimento de interligações críticas, incluindo a interligação Zâmbia-Tanzânia-Quênia (ZTK) para melhorar a integração regional e o comércio de energia entre o SAPP e o EAPP.

Cobrindo uma distância de 1.600 km, a interligação terá uma capacidade de 400 MW e será construída como uma dupla linha de 400 kV em secções de Pensulo na Zâmbia para Isinya no Quênia

Interligação RDC-Angola

Este é um dos vários projectos que visam interligações de membros não operacionais do SAPP para a rede regional.

Projecta-se que possa envolver a construção de uma linha de transmissão de 400kV da RDC em Angola, permitindo o comércio entre os dois países.

A RDC tem capacidade de produção de energia eléctrica vasta que poderia ser útil para a economia angolana em rápida expansão e que é apoiada pelos investimentos maciços em sectores de mineração e construção.

Projecto da espinha dorsal de Moçambique

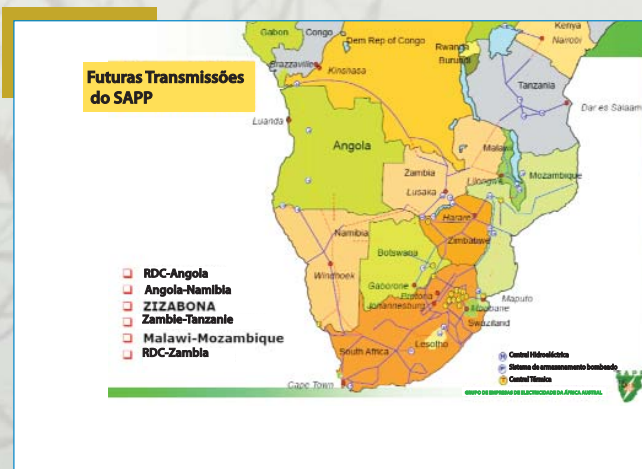
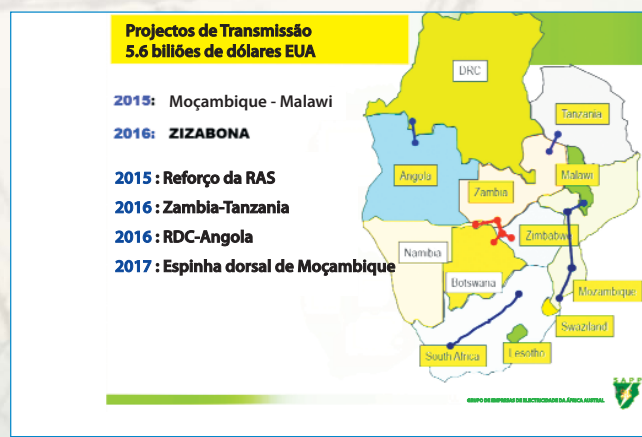
Este projecto envolve a construção de uma nova linha de transporte de electricidade a partir de Tete, no Vale do Zambeze, para Maputo.

Esta linha, conhecida oficialmente como Projecto "Centro-Sul (CESUL)" e extra-oficialmente como "espinha dorsal" da rede eléctrica moçambicana é crucial para o fornecimento de energia ao através de novas centrais eléctricas planeadas em Tete. Estas incluem a barragem de Mpanda Nkua planeada 60 km a jusante da barragem existente em Cahora Bassa, uma segunda estação de energia em Cahora Bassa e estações de energia movidas a carvão construídas pelas companhias mineiras Vale e Rio Tinto.

Sem uma nova linha de transporte de corrente eléctrica, a energia gerada nestas novas centrais não pode alcançar a área de Maputo ou ser exportado para a África do Sul.

O CESUL envolverá a construção de 1.340 km de 400 KV alternando a linha de transmissão de corrente e 1.250 km de linha de 500 kV, com capacidade para transportar 3.100 MW de potência. Oito novas subestações serão construídas, e duas já existentes serão ampliadas.

O Banco Africano de Desenvolvimento concordou em ajudar a financiar a construção da linha de transmissão, com custo estimado em 1,8 biliões de dólares norte-americanos. O banco se comprometeu a fornecer até 400 milhões de dólares norte-americanos para o projecto. □



Botswana e Moçambique vão construir porto de águas profundas

BOTSWANA E Moçambique concordaram em construir um porto de águas profundas em Techobanine na província de Maputo, que servirá como uma saída alternativa e ponto de entrada para os Estados

Membros da SADC do interior. O porto é parte de um projecto, com um custo estimado de cerca de 7 biliões de dólares norte-americanos, que inclui também a construção de uma linha ferroviária de 1,100 km e um oleoduto ligando os dois países.

Além de servir o Botswana, que está à procura de uma saída mais rápida para seus recursos minerais, o porto servirá também

outros países como a Swazilândia e Zimbabwe.

O projecto será realizado em regime de concessão para os vários componentes.

O porto deverá ocupar uma área de 30.000 hectares, incluindo 11.000 hectares para desenvolvimento industrial, e será capaz de processar 200 milhões de toneladas de carga por ano.

Cerca de 3 biliões de dólares norte-americanos serão investidos em Techobanine para o porto, casas residenciais, escolas e um hospital. A primeira fase da construção deve começar em 2012 e durar até 2015.

Techobanine está localizado a 70 km ao sul do porto de Maputo e a 20 km da Ponta do Ouro, na fronteira com a África do Sul.

A linha ferroviária planeada liga o sul de Moçambique e Botswana, passando por Zimbabwe. *AIM* □



Maurícias regista subida de défice comercial

O DÉFICE comercial das Maurícias registou um aumento de cerca de 20 por cento até Junho, passando de 170 milhões em 2011 para 203,3 milhões dólares norte-americanos,

Segundo dados da Empresa de Estatística das Maurícias, as importações subiram para 426,67 milhões dólares EUA em Junho em comparação com 366.700.000 de dólares no mês correspondente em 2011.

O aumento do défice foi atribuído ao aumento da importação de produtos alimentares e produtos petrolíferos.

Ao mesmo tempo, as exportações deste País do Oceano Índico cresceram de 196,7 milhões de dólares em Junho de 2011 para 220 milhões dólares este ano.

Em termos de mercados de exportação, a Grã-Bretanha foi o principal destino dos produtos das ilhas Maurícias, com compras no valor de 36,7 milhões de dólares.

O mercado francês foi o segundo maior destino, com 26,5 milhões dólares norte-americanos no valor das importações das ilhas Maurícias, à frente dos Estados Unidos, com 21,6 milhões dólares e África do Sul com 17,8 milhões de dólares.

No que diz respeito a fonte principal dos mercados do país, a Índia respondeu a 93,3 milhões dólares no valor das importações, enquanto a China ficou em segundo, com os 70 milhões.

De acordo com a Empresa de Estatísticas das Maurícias, o défice comercial poderá subir para 2,83 biliões de dólares até o final de 2012. *Xinhua* □

Seychelles e Maurícias criam comissão para gerir a zona costeira

AS SEYCHELLES e as Maurícias criaram uma comissão para gerir a maior zona de gestão comum do mundo no mar, que mede 400.000 quilómetros quadrados de plataforma continental.

Isso permitirá que os dois países, em conjunto, regulem as actividades do fundo do mar, incluindo a exploração de petróleo e minerais, bem como a conservação e gestão dos recursos vivos do leito do mar. Funcionários dos dois países reuniram-se nas Seychelles em Agosto para lançar a comissão e discutir a gestão e regulação de actividades na zona de articulação.

O Ministro do Ordenamento do Território e Habitação das Seychelles, Christian LionNet, disse que a nova comissão "tem a grande vantagem de permitir que os dois países beneficiem imediatamente da prospecção, exploração e conservação dos recursos naturais da área".

O Secretário do Conselho de Ministros e Chefe do Serviço Civil das Maurícias, Suresh Seeballuck, observou que

"suruiu uma nova era de cooperação, confiança e compreensão mútua entre os dois Países." □

BAD co-financia o projecto de "espinha dorsal" de electricidade em Moçambique

O BANCO Africano de Desenvolvimento (BAD) diz que vai financiar a construção de uma nova linha de transporte de electricidade a partir de Tete para Maputo, em Moçambique.

A linha, conhecida oficialmente como Projecto "Centro-Sul (CESUL)" e extra-oficialmente como "espinha dorsal" da rede eléctrica moçambicana, é crucial para o transporte de energia das novas centrais planeadas em Tete.

Estas incluem a planeada central de Mpanda Nkua, a 60 quilómetros a jusante da barragem existente em Cahora Bassa, uma segunda estação de energia em Cahora Bassa e estações de energia movidas a carvão construídas pelas companhias mineiras Vale e Rio Tinto.

Sem uma nova linha de transporte de corrente eléctrica, a energia gerada nestas novas centrais não pode alcançar a área de Maputo ou ser exportado para a África do Sul.

O custo está estimado em 1,8 biliões de dólares norte-americanos.

O Representante residente do BAD, José Ribeiro, disse que o banco vai disponibilizar até 400 milhões de dólares norte-americanos.

O CESUL envolve a construção de 1.340 quilómetros de 400 quilovolts (KV) linha de transmissão em corrente alternada e um quilómetro 1.250 de 500 kV com capacidade para transportar 3.100 megawatts de energia.

Oito novas subestações serão construídas, e duas já existentes serão ampliadas. *AIM* □



Guebuza reeleito Presidente da Frelimo



O **ACTUAL** Presidente da SADC e Chefe de Estado moçambicano, Presidente Armando Guebuza, foi reeleito para um segundo mandato como Presidente do partido no poder.

Guebuza foi eleito sem oposição pelos mais de 1.800 delegados que participaram do 10º Congresso da Frelimo realizado em Setembro em Pemba, capital da província nortenha de Cabo Delgado.

A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) foi criada em 1962 para libertar o país do domínio colonial (conseguido 1975), e comemorou o seu 50º aniversário este ano.

A reeleição de Guebuza significa que a Frelimo vai escolher um candidato presidencial diferente para

disputar as eleições gerais previstas para 2014, e não o líder do partido.

Ele vai continuar a liderar o partido, e um outro colega irá dirigir o país, se a Frelimo vencer as próximas eleições.

Tradicionalmente, o líder da Frelimo se torna automaticamente o seu candidato presidencial, mas Guebuza já está a cumprir o seu mandato de cinco anos como presidente do país, estando portanto no limite estabelecido pela Constituição.

Esta não é a primeira vez que a Frelimo elege um presidente que não será o seu candidato presidencial nas eleições nacionais.

Uma situação igual ocorreu durante o 8º Congresso, realizado em 2002, quando

Joaquim Chissano foi reeleito presidente do partido, embora ele não estivesse concorrendo para um outro mandato como Chefe de Estado.

Após as eleições de 2004, quando Guebuza foi eleito Presidente do país, Chissano permaneceu líder da Frelimo por mais alguns meses antes de renunciar para permitir que a Frelimo combinasse os cargos de líder do partido e Presidente da República nas mãos de uma mesma pessoa.

Guebuza tomou posse como Presidente de Moçambique no início de 2005 e foi eleito para liderar a Frelimo em 2006. Ele deixará de ser Chefe de Estado em 2015.

Ele assumiu a Presidência da SADC depois da Cimeira desta

organização regional, realizada em Maputo, em Agosto do corrente ano. □

Zuma procura reeleição na conferência de Mangaung



O **PRESIDENTE** Jacob Zuma vai procurar um segundo e último mandato como líder do Congresso Nacional Africano da África do Sul, quando o partido se reunir para a sua 53ª conferência nacional em Mangaung em Dezembro.

A conferência nacional do ANC é convocada a cada cinco anos para eleger uma nova liderança e traçar o rumo para o partido, que foi fundado há 100 anos em 1912 para se opor a opressão colonial e mais tarde ao sistema de apartheid quando foi introduzido em 1948. Um governo maioritário foi constituído em 1994.

Nove províncias do ANC esperam que os seus candidatos de campo possam ser eleitos para os seis melhores cargos, nomeadamente presidente, vice-presidente nacional, presidente nacional, secretário-geral, secretário-geral adjunto e tesouraria geral.

As candidaturas para os cargos foram abertas formalmente em Outubro.

Zuma foi eleito líder do partido mais antigo da África durante a última conferência nacional do ANC realizada em Polokwane, em Dezembro de 2007.

A conferência de Mangaung surge na sequência da 4ª Conferência Política Nacional do ANC, realizada em Agosto, onde o partido resolveu abrir a discussão sobre os desafios actuais da África do Sul, em particular o desemprego, a pobreza e a desigualdade.

A conferência política também decidiu levar a cabo a segunda fase da transição do apartheid para uma sociedade democrática nacional. □

SWAPO prepara Congresso



O **PARTIDO** governamental namibiano SWAPO vai realizar o seu 5º congresso em Novembro para eleger uma nova liderança e formular políticas para os próximos cinco anos.

O Presidente Hifikepunye Pohamba poderá concorrer para um segundo mandato como líder da SWAPO durante o congresso agendado para 29 Novembro - 2 Dezembro. Ele lidera o partido desde 2007, quando sucedeu ao presidente fundador da SWAPO, Sam Nujoma, durante o 4º Congresso.

A Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) foi fundada em 1966 para libertar o País do jugo colonial, facto conseguido em 1990.

Todos os olhos estarão fixos na posição de vice-presidente do partido, cujo vencedor, de acordo com uma política de sucessão aprovado pelo Comité Central SWAPO, será automaticamente o candidato do partido nas eleições de 2014 presidenciais.

Segundo a Constituição da SWAPO, Pohamba pode continuar líder do partido depois

de completar os seus dois mandatos constitucionais como Chefe de Estado em 2014. Ele foi eleito Presidente da Namíbia em Março de 2005. Ele foi Presidente da SADC por um ano durante o seu primeiro mandato.

Os membros do partido devem também eleger os titulares de cargos para dois outros cargos de topo - O Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto.

A constituição do partido determina que todos os cargos devem estar vagos antes do congresso.

O Bureau Político vai identificar um máximo de três candidatos para cada cargo, que estarão sujeitos a análise e aprovação pelo Comité Central.

No caso de existência de mais de três candidatos para um determinado posto, o Comité Central reduz o número para três através de uma votação secreta.

A Comissão Preparatória do Congresso de 35 membros foi criada em Abril para supervisionar os preparativos do congresso. O comité é presidido por Pohamba e inclui outros altos

funcionários, como o vice-presidente do partido, Hage Geingob, e secretária-geral, Pendukeni Iivula-Ithana.

Na sessão de abertura do Comité Preparatório do Congresso na sede da SWAPO, em Windhoek, o Presidente Pohamba pediu aos líderes do partido para se comprometerem com os princípios da unidade.

"Temos de usar esta plataforma importante do próximo Congresso para rever criticamente as nossas posições políticas sobre questões que são vitais para a concretização de nossa agenda de desenvolvimento nacional", disse Pohamba.

O partido realizou uma Conferência Política Nacional em Setembro, durante a qual 13 documentos de política foram discutidos sobre as questões relativas ao desemprego e à pobreza, crescimento económico, distribuição da riqueza, prestação de cuidados de saúde e educação de qualidade, desenvolvimento da juventude e transição geracional. □

A arte como um Vector para a Integração Regional

por Kizito Sikuka

ÁFRICA AUSTRAL deve intensificar esforços para promover a sua indústria cultural, uma vez que este sector tem potencial para aliviar a pobreza, criar emprego e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico da região.

O perito e especialista de renome em arte e cultura, Stephen Chifunyise, fez essa afirmação durante um Simpósio realizado em Harare, Zimbabwe, por ocasião das celebrações do Dia da SADC.

Ele disse que uma indústria cultural e vibrante de artes era fundamental para permitir que a região conte a sua própria história e projecte as suas próprias e exclusivas identidades culturais para o mundo.

"A SADC pode efectivamente capitalizar a sua rica diversidade cultural, através do desenvolvimento de programas de colaboração de comercialização de produtos da sua diversidade cultural", afirmou Chifunyise, que é presidente do Seminário de Execução de Artes Infantis (Chipawo), um dos grupos que lidera as artes e cultura do Zimbabwe.

Ele disse que a próxima Cimeira da Organização Mundial do Turismo (OMT) marcada para a Zâmbia e Zimbabwe, em 2013, será uma oportunidade perfeita para a SADC aprofundar a cooperação e intensificar os

esforços para promover a indústria cultural.

Para conseguir isso, ele disse que é preciso identificar as principais indústrias criativas e culturais interessadas que irão preparar produtos culturais exclusivos da "nossa rica diversidade cultural regional para os vários delegados de turismo que são esperados para participar no evento global."

Uma abordagem coordenada iria garantir que a região tirasse benefícios da Cimeira da OMT, que vai decorrer em África pela terceira vez depois de ter sido realizada no Egipto em 1995 e no Senegal em 2005.

Chifunyise também observou que os países da SADC têm "muitas artes e festivais culturais, que, quando juntos, podem tornar-se adequados para que a SADC adopte uma Rota de Turismo "abrangente de aspectos culturais, como galerias, parques temáticos, museus, parques de lazer e entretenimento.

"A produção e apresentação de uma Rota de Turismo da SADC para a próxima Cimeira da OMT seria uma estratégia viável para a promoção do turismo sustentável na região da SADC", disse ele.

"A produção de tal ferramenta de marketing de um turismo exige colaboração entre as partes interessadas no sector do turismo e em artes e cultura, incluindo ministérios, instituições públicas e privadas responsáveis pelas artes e cultura."

Quanto a criação de um Sistema de Informação Cultural da África Austral (SACIS), ele disse que "agora é possível reanimar" a ideia tendo em vista a rápida penetração da Internet na região. O SACIS foi criado há alguns anos, mas devido a vários desafios, o projecto não conseguiu se sustentar.

"Não há dúvida de que o colapso do projecto SACIS deveu-se principalmente ao facto dos Estados-Membros da SADC não estarem naquela altura prontos para acomodar o uso de tecnologias de informação e comunicação para a construção e troca de dados sobre o sector cultural", disse.

Ele disse que um Sistema de Informação Cultural da SADC seria uma ferramenta vital para o fornecimento de dados sobre o desempenho da economia criativa na região e para o Relatório Mundial de Economia Criativa, que é produzido a cada dois anos pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O Simpósio para a celebração do Dia da SADC foi organizado pelos embaixadores da SADC acreditados no Zimbabwe, em colaboração com o Governo do Zimbabwe, o Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC), Conselho Nacional de Artes do Zimbabwe, Associação de Artes do Zimbabwe, Galeria Nacional do Zimbabwe e Chipawo.

O evento, presidido pelo embaixador de Angola no Zimbabwe, Henrique Vaal Neto, teve como objectivo celebrar a formação da SADC - anteriormente Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), uma organização com o objectivo de aproximar a coesão regional.

O tema para as celebrações foi "A arte como um vector para a Integração Regional da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral". □

O PROTOCOLO da SADC sobre Cultura, Informação e Desporto estipula, entre outras coisas:

- Cooperação na formulação e na harmonização das políticas culturais dos Estados-Membros;
- Promoção de uma atitude que toma em conta a cultura nos programas de desenvolvimento regional;
- Desenvolvimento e promoção de instituições de património cultural, como bibliotecas, museus e arquivos de apoio aos objectivos gerais e específicos do protocolo;
- Estabelecimento e formulação de directrizes políticas para a preservação e promoção do património cultural da região nas várias facetas em estreita colaboração com as partes interessadas;

- Os Estados-Membros devem tornar as indústrias culturais num grande pilar das suas economias nacionais;
- Os Estados-membros devem tomar as medidas necessárias para nutrir, proteger e promover as suas indústrias culturais;
- Estados-Membros devem adoptar medidas destinadas a promover o ecoturismo como um meio de apoio ao desenvolvimento das indústrias culturais;
- Os Estados-Membros devem organizar festivais de artes e culturais para perseguir os ideais de integração regional, e
- Os Estados-Membros devem organizar espectáculos conjuntos durante festivais internacionais de artes e cultura. □

Cimeira da OMT – para além de apenas o turismo

por Kizito Sikuka

A CIMEIRA Internacional do Turismo prevista para 2013 na Zâmbia e Zimbabwe oferece mais uma oportunidade de ouro para a África Austral mostrar suas inúmeras atracções turísticas, bem como aprofundar a integração regional.

No entanto, há necessidade de maior coordenação entre os Estados-Membros da SADC para garantir o pleno benefício das oportunidades oferecidas pelo evento global, que está vai decorrer pela terceira vez em África.

O desempenho conjunto dos Estados-Membros é importante, considerando que alguns Países não tiraram adequadamente o proveito de um evento global semelhante - a Copa do Mundo

“... uma plataforma viável para a comercialização para o mundo...”

"EM 2010, a Copa do Mundo de futebol realizada na África do Sul ofereceu a SADC uma oportunidade de comercializar colectivamente sua rica diversidade. Em Agosto de 2013, a Zâmbia e o Zimbabwe vão acolher a Cimeira Mundial Organização Internacional do Turismo.

"Isso vai constituir uma outra grande oportunidade para que a SADC capitalize efectivamente a sua rica diversidade e a enorme criatividade cultural, desenvolvendo colectivamente uma plataforma viável para a comercialização para o mundo, através deste encontro de profissionais de turismo e turistas, de uma variedade bem seleccionada e devidamente acondicionada bens culturais que ilustram a rica diversidade das expressões culturais dos povos da SADC", disse Stephen Chifunyise, um proeminente especialista em artes. □

em Futebol realizada em 2010 na África do Sul.

Apesar da sua proximidade com a África do Sul, uma série de Estados-Membros da SADC não conseguiu atrair os muitos dos milhares de turistas que desceram a África do Sul para o torneio de um mês.

Assim, há necessidade da região se preparar adequadamente para a próxima Cimeira da Organização Mundial do Turismo (OMT) que vai ser organizada conjuntamente pela Zâmbia e Zimbabwe, em Agosto de 2013, de modo que África Austral tire os benefícios das oportunidades apresentadas por este evento global.

O ministro do Turismo do Zimbabwe, Walter Mzembi, disse durante um recente simpósio organizado por ocasião do Dia da SADC, em Harare, que a Zâmbia e Zimbabwe já tinham dado passos significativos no sentido de assegurar que o evento seja um grande sucesso.

Ele disse que as últimas inspecções realizadas pela OMT indicaram que os dois países estão prontos para acolher o evento em 2013.

Ele apelou a todos os estados membros da SADC para "proteger este evento", dizendo que, a semelhança da Copa do Mundo de 2010, a Cimeira de Turismo, vai trazer potenciais turistas e impulsionar enormes ganhos socioeconómicos para a região.

"A SADC deve assumir o desafio", disse ele, acrescentando que a Zâmbia, o Zimbabwe e o resto da região têm uma oportunidade de fazer desta cimeira turismo "mais um seminário ordinário ou uma conferência internacional de turismo".

"A escolha é nossa", disse ele, acrescentando que a SADC e o resto de África, provavelmente, não terão outra oportunidade de acolher um evento tão grande em décadas.

A região deve, portanto, aproveitar ao máximo a próxima

Cimeira da OMT para aumentar a atracção e aprofundar a integração.

Mais de 2.000 delegados são esperados para participar na Cimeira da OMT em 2013. Estes incluem responsáveis da indústria de viagens uma vez que a cimeira deverá discutir e dar direcção ao turismo global.

Turistas de todo o mundo também são esperados para visitar os dois países para desfrutarem as várias atracções neles existentes.

Falando no mesmo seminário, o especialista em artes do Zimbabwe, Stephen Chifunyise, disse que SADC deve usar suas ricas artes e cultura, bem como suas atracções para promover na Cimeira da OMT.

Ele disse que os países devem desenvolver uma plataforma viável onde "as muitas artes e eventos culturais na região possam se tornar a espinha dorsal da rota turística da SADC."

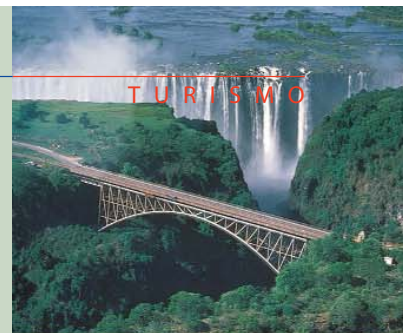
"A produção e apresentação de uma Rota de Turismo da SADC para a próxima Cimeira da OMT seria uma estratégia viável para a promoção do turismo na região", disse ele.

Chifunyise também apelou para uma cooperação aprofundada entre os sectores de artes e cultura da indústria de turismo.

Outros participantes disseram que a Zâmbia, Zimbabwe e a SADC têm a capacidade de acolher a Cimeira de Turismo com sucesso uma vez que as condições para a realização de um evento como esse já existem. A região possui uma base de infra-estrutura vibrante, que inclui hotéis e estradas, assim como inúmeras atracções.

No entanto, Mzembi disse que há necessidade de melhorar as ligações aéreas na região.

"As nossas ligações são tão pobres. Precisamos melhorar isso, primeiro como países individuais e, em seguida, como uma região", disse ele. □





Eleições angolanas reforçam o perfil da SADC como economia estável

AS RECENTES eleições angolanas deverão impulsionar as perspectivas económicas da África Austral e fortalecer o perfil da região como destino estável de investimentos.

Os angolanos deram ao Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), mais um mandato para continuar com as reformas económicas e políticas que até agora assegurada uma transição suave da guerra para a estabilidade neste País segundo maior produtor de petróleo em África.

Angola cessou a presidência rotativa da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e contribuiu significativamente para o crescimento da economia regional durante a última década.

O País é uma das maiores economias da SADC e superou outros Estados membros durante a última década, registando um crescimento de dois dígitos desde 2004.

Grandes investimentos em infra-estrutura e do sector de recursos naturais como petróleo e diamantes têm contribuído para o desempenho impressionante do país, facto que fez com que a economia experimentasse um crescimento de dois dígitos



Presidente José Eduardo dos Santos

na década passada. A melhoria das condições comerciais devido ao aumento dos preços do petróleo também contribuiu para o desempenho positivo.

Graças ao bom desempenho de Angola - que em algum momento cresceu tão rápido a uma escala de 25 por cento por ano - a economia regional registou uma média de cinco por cento de crescimento durante a maior parte da última década.

De acordo com os resultados finais divulgados pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE), o MPLA liderado pelo Presidente

José Eduardo dos Santos, obteve 71,82 por cento dos mais de 5,6 milhões de votos expressos nas eleições parlamentares realizadas no dia 31 de Agosto.

Esta percentagem esteve abaixo dos 81 por cento obtidos pelo partido governamental durante as eleições anteriores gerais realizadas em 2008.

O principal partido da oposição, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), quase duplicou a sua contagem a partir de 2008, chegando em segundo lugar com 18,7 por cento dos votos válidos, contra 10 por cento de há quatro anos.

A coligação eleitoral Convergência Angola Salvação Ampla (CASA-CE), uma coligação de quatro pequenos partidos, conseguiu apenas seis por cento dos votos. A CASA-CE foi uma das quatro coligações que concorreram nas eleições.

Dos 220 assentos totais da Assembleia Nacional, 130 foram disputados a partir de listas fechadas por representação proporcional, e os restantes 90 eleitos em 18 círculos eleitorais que têm cinco cadeiras cada.

A afluência às urnas foi de cerca de 60 por cento, de acordo com a comissão eleitoral nacional.

A vitória do MPLA assegurou ao Presidente dos Santos um outro mandato. A nova Constituição angolana, em 2010 aboliu a eleição directa do chefe de Estado, estipulando que o partido com uma maioria na Assembleia ganha o direito de nomear o presidente, que por sua vez escolhe o vice-presidente.

Estas foram as terceiras eleições desde que Angola se tornou independente de Portugal em 1975.

As primeiras eleições pós-independência tiveram lugar em 1992, apesar de não terem sido concluídas porque a guerra civil

reiniciou. AS segundas eleições tiveram lugar em 2008, seis anos após o fim do conflito.

A Constituição limita o mandato presidencial a dois mandatos de cinco anos, embora isto não incluí os anos já servidos por dos Santos, e abole o cargo de Primeiro-Ministro, sendo o papel assumido pelo vice-presidente.

As eleições foram descritas como pacíficas e ordeiras por observadores da SADC, da União Africana, da Comunidade Económica dos Estados da África Central, da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, do Fórum das Comissões Eleitorais da SADC e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Numa declaração conjunta, os chefes das seis missões de observadores disseram que as eleições gerais foram realizadas em conformidade com os princípios internacionais e regionais e directrizes que regem as eleições democráticas.

Eles felicitaram ao povo angolano e aos políticos pela sua maturidade em permitir a realização pacífica das eleições, mas apelaram aos partidos políticos e candidatos para trabalhar em conjunto, a fim de consolidar a paz e a democracia no País.

"As missões de observação felicitam por este meio ao povo de Angola pelo exercício do seu dever cívico de forma pacífica e ordeira, e pela determinação de realizar as eleições gerais a 31 de Agosto de 2012, como forma de consolidar a paz, segurança e estabilidade, aumentar a reconciliação, aumentar o processo democrático e fortalecer a base para o desenvolvimento social e económico", indica a declaração conjunta.

Eles apelaram, no entanto, a acreditação atempada de observadores e agentes dos partidos políticos em eleições futuras, bem como de facilitação do voto aos angolanos residentes na diáspora. *sardc.net* □



Angola possui a Baía de Luanda, minerais e petróleo que é fundamental para a sua economia

EVENTOS

Diários de Eventos Outubro-Dezembro de 2012

Outubro 1-5, África do Sul	24º Simpósio Africano de energia Hidroeléctrica O Simpósio Africano de energia Hidroeléctrica é um fórum onde os gestores das centrais hidroeléctricas e produtores independentes de energia em África se reúnem para partilhar ideias e deliberar sobre a operação, gestão e manutenção de centrais hidroeléctricas.
12-13, Etiópia	Segundo Fórum China-África O fórum serve como uma plataforma de alto nível para o intercâmbio China-África envolvendo académicos e a sociedade civil. Promove um diálogo franco e sem restrições nas relações China-África para aumentar a compreensão mútua entre a China e África.
18, Zimbabwe	33ª Reunião do Comité Executivo do SAPP A 33ª Reunião do Comité Executivo do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) contará com a presença dos 12 directores executivos e gerentes das empresas membros do SAPP. Este encontro irá traçar o caminho a seguir para a realização do objectivo de integrar a produção e as redes de distribuição de energia regionais.
Novembro 30 de Outubro – 2 Novembro, África do Sul	13º Simpósio da WaterNet/WARFSA/GWP-SA O simpósio é uma plataforma para os profissionais de água partilharem avanços em pesquisa e educação relacionadas com a gestão de Recursos Hídricos. Eles vão discutir novas oportunidades e desenvolvimentos para a gestão integrada dos escassos recursos de água doce.
5-7, África do Sul	Conferência Internacional sobre a Gestão da Água para o Desenvolvimento Sustentável A conferência reunirá decisores políticos, gestores de água, cientistas e representantes da sociedade civil num fórum onde novas ideias serão partilhadas para o desenvolvimento do sector de água. O evento vai acolher vários parceiros locais, regionais e internacionais.
5-9, Namíbia	Celebrações do 10º Aniversário do RERA O Aniversário que vai decorrer sob o tema "Promover a regulação eléctrica na África Austral", procurará analisar o desempenho do RERA; Relançamento da Associação para a próxima década; Promover relações mais estreitas entre os membros e os principais interessados; Melhorar a imagem corporativa e visibilidade; Reconhecer organizações e indivíduos que tenham contribuído de forma notável para o RERA. As interacções profissionais envolverão discussões de alto nível e apresentações de especialistas e interessados.
13-15, Moçambique	Fórum de Electrificação Rural O Fórum Electrificação Rural 2012 vai olhar motivações para a electrificação rural, troca de programas e analisar questões práticas de viabilidade, acessibilidade e regulamentação e discutir novas abordagens e soluções permanentes para a sustentabilidade em países em desenvolvimento.
26 Novembro – 7 Dezembro, Qatar	Cimeira do COP 18 sobre Mudanças Climáticas A 18ª Conferência das Partes (COP 18) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas vai decorrer simultaneamente com a Reunião das Partes do Protocolo de Quioto (COP / MOP 8). COP 18 irá avaliar o progresso em lidar com as questões climáticas.



SARDC
Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral



www.sardc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento

4 de Outubro de 1992

Paz em Moçambique

20 anos depois

OUTUBRO MARCA o 20º aniversário da histórica assinatura do acordo de paz de Moçambique, que pôs fim a guerra do país civil de 15 anos e marcou o início de uma nova era de desenvolvimento económico e social.

O Acordo Geral de Paz (AGP) entre o Governo moçambicano e os rebeldes do Movimento da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), foi assinado a 4 de Outubro de 1992 em Roma, Itália, pelo ex-presidente Joaquim Chissano e pelo líder da Renamo, Afonso Dhlakama, durante uma cerimónia com a presença dos líderes do Botswana e Zimbabwe.

As negociações, que começaram em Julho de 1990, foram intermediadas por uma equipe de mediadores da Igreja Católica e do governo italiano.

A delegação do governo de Moçambique foi liderada por Armando Emílio Guebuza (actual Presidente de Moçambique), enquanto os negociadores da Renamo eram chefiados por Raul Domingos.

A guerra civil moçambicana teve suas raízes na situação geopolítica que existia na África Austral na época.

A independência de Moçambique e de Angola, em 1975, desafiou o governo da minoria branca na região. Primeiro, as guerras de independência em Angola e Moçambique demonstraram que mesmo com o uso de grandes recursos militares era praticamente impossível para uma pequena minoria branca garantir a segurança dos seus membros, muito menos exercer o controlo sobre as populações de maioria negra nestes países.

A queda do Estado Português em Angola e Moçambique, deu esperança a resistência negra na África do Sul e da então Rodésia (actual Zimbabwe).

Em segundo lugar, em ambos os países os movimentos revolucionários socialistas ganharam poder. A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) já colaboravam com os movimentos de libertação na África do Sul e na Rodésia, e com independência apoiavam abertamente oferecendo um refúgio seguro nos seus territórios de onde poderiam coordenar operações e treinar novas forças.

Esta situação foi especialmente devastadora para a Rodésia cujas forças armadas não tinham pessoal para efectivamente proteger sua fronteira de 1.287 km com Moçambique contra combatentes da libertação.

Ao mesmo tempo, o governo do apartheid e do regime de Smith perdeu Portugal como um aliado e, com ele, os milhares de soldados que haviam sido implantados nas guerras coloniais portuguesas.

A posição de minoria branca na África do Sul e Rodésia tinha sido severamente enfraquecida pelos acontecimentos de 1974/75 que levaram à queda do regime de Caetano em Portugal.

Como resultado, minar a capacidade dos países recém-independentes de prestar apoio aos combatentes da libertação do Zimbabwe e da África do Sul tornou-se a principal estratégia da África do Sul e da Rodésia para combater essa nova ameaça. Isso levou à formação da Renamo em 1976. □



Uma Vela no Kilimanjaro

Mwalimu Julius Nyerere acendeu a chama que iniciou a libertação da África do jugo colonial.

"Nós, o povo de Tanganica, gostaríamos de acender uma vela e colocá-lo no topo do Monte Kilimanjaro, que irá brilhar além das nossas fronteiras, dando esperança onde há desespero, o amor, onde há ódio e dignidade onde há humilhação."

Num famoso discurso que ficou conhecido como "Uma vela no Kilimanjaro", o Presidente fundador da República Unida da Tanzânia fez esse compromisso, mesmo antes da independência, para assegurar que a África, grande parte da qual estava ainda sob domínio colonial, fosse libertada.

Ele morreu 40 anos depois, a 14 de Outubro de 1999. Esse dia é comemorado na Tanzânia como o Dia do Mwalimu Nyerere para celebrar sua vida e realizações como pai da nação (Baba wa Taifa). O dia marca o clímax da Corrida da Tocha Uhuru, depois da tocha da liberdade percorrer todo o país através de equipas de corredores.

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Outubro-Dezembro de 2012

4 Outubro	Dia da Paz e Reconciliação	Moçambique
4 Outubro	Dia da Independência	Lesoto
14 Outubro	Dia do Mwalimu Julius Nyerere	Tanzânia
15 Outubro	Dia da Mãe	Malawi
24 Outubro	Dia da Independência	Zâmbia
1 Novembro	Dia de Todos os Santos	Seychelles, Madagáscar, Maurícias, Angola
2 Novembro	Dia da Lembrança	Angola
11 Novembro	Dia da Independência Nacional	Angola
12 Novembro	Feriado Público	Angola
8 Dezembro	Imaculada da Conceição	Seychelles
9 Dezembro	Dia da Independência	Tanzânia
10 Dezembro	Dia Internacional dos Direitos Humanos	Namíbia
16 Dezembro	Dia da Reconciliação	África do Sul
17 Dezembro	Feriado Público	África do Sul, Zimbabwe, Toda SADC
22 Dezembro	Dia da Unidade Nacional	África do Sul, Namíbia, Botswana, Lesoto, Swazilândia, Tanzânia, Zimbabwe
25 Dezembro	Natal	
26 Dezembro	Dia de Boa Vontade, Dia da Família, Dia do Boxe	

Um futuro comum na comunidade regional